


Atuação social empresarial e a disputa política territorial urbana na ascensão e crise do lulismo

Hugo Fanton Ribeiro da Silva

Universidade de São Paulo, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-9202-9131>
hfanton@gmail.com

Introdução

A crise política por que passa o Brasil, em diferentes âmbitos, remonta a dilemas históricos da construção democrática nacional. Se hoje nosso enigma resolvido (*aufgelöste Rätsel*) encontra na figura de Jair Bolsonaro uma conciliação truncada entre Estado e sociedade civil pela defesa axiológica dos interesses de mercado, as contradições entre uma estrutura social extremamente desigual e a democracia como projeto estavam presentes até nos momentos de maior otimismo. Como diziam os movimentos sociais no processo constituinte em 1986-88, que deu origem à Nova República, os direitos conquistados formalmente nada significariam se não produzissem impactos concretos no cotidiano

vivido. A produção de transformações democratizantes deveria se dar nos espaços comunitários, nos lares, fábricas e escolas, contribuindo efetivamente para o bem-estar de toda população (AROUCA, 1988).

A nova formulação legal que previa a extensão de direitos, no entanto, foi vivenciada no cotidiano de uma sociedade profundamente hierarquizada e discriminadora. Como decorrência do avanço neoliberal e da “inexistência de um projeto nacional de desenvolvimento que tomasse a questão da desigualdade e a exclusão como o cerne da questão democrática” (FLEURY, 1997, p. 34), houve uma permanente disputa e readequação das normas vigentes em favor dos interesses de mercado.

Desta relação entre direito e democracia, explicitam-se vínculos e tensões entre a política como gramática institucional e como cultura que engendra modos de vida por relações de força; entre as conformações legais e as subjetividades presentes no cotidiano realmente vivido. O espaço constitutivo da construção democrática não é reduzido ao plano institucional e sua necessária abertura à representação dos diferentes grupos sociais, mas incorpora as lutas por “um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis” (DAGNINO, 1994, p. 109). No entanto, o avanço do neoliberalismo a partir dos anos 1980-90 subverteu tais objetivos coletivos. Por meio da “economicização do Estado, da sociedade e dos sujeitos”, o princípio de liberdade que fundamenta o direito liberal é metamorfoseado pela redução “ao direito ao empreendedorismo e sua crueldade”, assim como o princípio da igualdade “dá lugar a mundos ubiquamente competitivos de perdedores e vencedores”, na conformação de uma “cidadania sacrificial” (BROWN, 2018, p. 8).

Perfaz essa dinâmica o avanço da lógica de mercado nos diferentes domínios da vida social (FRASER, 2014). As políticas neoliberais de austeridade e financeirização da seguridade social, assim como as tensões entre avanço do processo de acumulação capitalista e democracia, possuem aspectos multiescalares que nos afetam em diferentes níveis e desse modo devem ser analisados (JENSS, 2018). Disso decorre a importância da análise das disputas políticas no cotidiano dos indivíduos e grupos sociais, assim como as resistências

que contrapõem outras formas de sociabilidade.

Em âmbito macroeconômico, há uma extensa literatura sobre tal dinâmica no Brasil nos anos 2000, no período de ascensão e crise do lulismo. Nas variadas definições sobre os governos liderados pelo PT - seja como neodesenvolvimentista (BOITO JR, 2012), neoliberalismo desenvolvimentista (SAAD FILHO; MORAIS, 2018), social-desenvolvimentista (BASTOS, 2012) ou novo-desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2012) - há uma busca por caracterizar as forças sociais e políticas envolvidas na elaboração-implementação dos programas econômico-sociais, bem como as alianças, coalizões e disputas a esse processo relacionadas. Neste artigo, busco trazer esse debate para o âmbito local, com foco na atuação de dois atores específicos: o empresariado e uma entidade popular de base.

O conceito de lulismo está aqui apoiado em Singer (2012), que o define como “modelo de arbitragem entre as classes fundamentais”, em que o então presidente Lula (2003-2010) buscou promover equilíbrio entre os interesses das variadas frações de classe, de modo que nenhuma delas tivesse “força para impor os próprios desígnios”. Disso resultou o reformismo fraco, um ciclo lento de redução da pobreza e da desigualdade, evitando-se a radicalização da luta política (SINGER, 2012, p. 195-201; SINGER, 2018). A crise do lulismo, por sua vez, decorre de uma inflexão nos anos 2010: em lugar de prosseguir com o projeto de lenta integração, Dilma Rousseff opta por acelerá-lo, “deslocando o lulismo para um pouco mais perto do reformismo forte, embora dentro dos limites da transformação pelo alto”. Disso resultou uma profunda crise política, que teve como resultado o processo o realinhamento das classes dominantes em torno do contrarreformismo forte, um projeto de restauração do neoliberalismo ortodoxo em curso desde o Golpe de 2016 (SINGER, 2018).

Esse contexto de ascensão e crise do lulismo é aqui analisado no âmbito da consecução das políticas públicas em território urbano. Apresento aqui alguns dos resultados de mais de dez anos de pesquisa em Heliópolis, favela de São Paulo, SP, dando continuidade ao exposto em outros dois artigos, que trataram das expressões locais das disputas

pelas políticas de desenvolvimento urbano no Brasil (SILVA, 2018a); e da relação entre Estado e sociedade pela forma convênio na efetivação de direitos sociais (SILVA, 2018b). O objetivo aqui é dar um passo a mais pela análise dos significados políticos da atuação social empresarial em meio urbano nos anos 2000, as relações que empresários estabelecem com movimentos populares, e a visão das lideranças dos movimentos.

O estudo de caso foi construído por instrumentos do método etnográfico, entendido enquanto modo de acercamento e apreensão da realidade. A análise assume a hipótese de que, nas dinâmicas urbanas cotidianas, a consecução de políticas públicas no período de ascensão e crise do lulismo aproximou forças distintas – mercado e movimento social – e expressou interesses contraditórios, com uma tensão permanente entre as formas direito e mercadoria na mediação das ações sociais. Propõe-se que, para avançarmos na compreensão da ampliação das bases sociais do neoliberalismo no Brasil, é preciso analisar dinâmicas cotidianas de disputa política territorial, da qual participam ativamente forças sociais empresariais articuladas em torno da defesa de princípios de mercado.

Materiais e método: o caso Heliópolis

A favela de Heliópolis é a maior de São Paulo-SP, com população estimada em cerca de 200 mil pessoas. Em 2016, a renda familiar média *per capita* era de R\$ 479,85, o que correspondia a 54,52% de um salário-mínimo. A Fundação Seade, com base no Censo de 2010, divide Heliópolis em 44 setores censitários, dos quais 19 são considerados do Grupo 6, o que significa vulnerabilidade muito alta. Os demais variam entre vulnerabilidade baixa, média e alta.

A principal entidade local é a União de Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e região (UNAS) que, em 2018, atendeu, diretamente, 12 mil pessoas pelos mais de 50 projetos que desenvolve. A grande maioria desses projetos são convênios com a Prefeitura de São

Paulo para oferta de serviços de educação e assistência social, tais como os 17 Centros de Educação Infantil (CEIs) e 11 Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs). Os demais projetos, aqui enfocados, resultam de parcerias com empresas de diferentes portes, com destaque para uma multinacional: a Ambev. A entidade também estabeleceu ao longo dos anos relações com o Facebook, a Coca-Cola e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), dentre outras empresas.

No trabalho de campo, houve observação participante de reuniões e espaços de atuação dos sujeitos de pesquisa, com registro em diário de campo. Os nomes aqui apresentados são fictícios, para preservação da identidade dos sujeitos. As informações foram utilizadas na construção de uma descrição da realidade e na fundamentação de entrevistas. Entre junho e setembro de 2010, foram realizadas 39 visitas e entrevistadas 79 pessoas. Deu-se início a novo trabalho de campo entre novembro de 2013 e maio de 2014, com 57 visitas. Nos anos seguintes, de 2015 a 2018, foram feitas visitas regulares a Heliópolis, com relação mais próxima entre pesquisador e associação de moradores, que envolveu, sobretudo, a produção conjunta de um jornal bimestral informativo das atividades da organização. Houve, durante todo esse período, um acompanhamento permanente de reuniões entre lideranças da UNAS, representantes de entidades diversas, empresários e profissionais de instituições públicas e privadas.

A construção do material empírico buscou reorganizar informações dispersas em um novo arranjo, em diálogo com os objetivos de pesquisa. A descrição foi feita a partir da relação entre as falas e as práticas observadas (MAGNANI, 1997). A análise levou em consideração os “processos microssociais, tais como a tipologia associativa (participantes, institucionalidade, formas de organização, projetos políticos explícitos ou subjacentes”; os “mesossociais (formas da ação coletiva, interação com outras associações, criação de espaços públicos locais e temáticos) e macrossociais”, em diálogo com o plano teórico que fundamentou a pesquisa (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 33).

Ressalta-se, de início, que os dados do Censo do Grupo de Institutos

Fundações e Empresas (Censo GIFE) para os anos de 2001 a 2011 apontam um crescimento médio de 29% dos investimentos de seus associados em programas sociais. Isso indica avanço, durante os anos 2000, do chamado Terceiro Setor, um termo característico da atuação social empresarial na política neoliberal dos anos 1990, conformado em contraposição à perspectiva participativa dos movimentos sociais. Na primeira década do século XXI, com a inflexão lulista, houve crescimento econômico sustentado pela ampliação do consumo interno e dos investimentos públicos, o que produziu uma aproximação entre o empresariado e movimentos sociais de base comunitária historicamente engajados na transformação social pela efetivação de direitos pelo Estado.

Nesse sentido, este trabalho busca contribuir com a análise dos significados que tal aproximação assume para movimentos e empresariado, com a adoção dos conceitos de lulismo (SINGER, 2012) e confluência perversa (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006) para debater como as relações se constituíram e como se configuram as disputas político-sociais entre forças que se orientam por projetos distintos de Estado e sociedade. A palavra *parceria*, nesse contexto, obscurece conflitos e disputas presentes em relações em que o movimento social assume uma condição desigual e dependente ante às forças de mercado, que disputam no território a mentalidade das classes populares urbanas.

Heliópolis e a atuação social empresarial nos anos 2000

A UNAS tem origem na década de 1980, quando moradores de Heliópolis a criaram com o objetivo de fortalecer a luta pela regularização fundiária e estabelecer uma forma institucional de interlocução com o Estado. Na época, a população reivindicava, sobretudo, a efetivação do direito à moradia pela garantia de

permanência no território, participação nos projetos habitacionais e de infraestrutura, além do desenvolvimento da rede de luz e saneamento básico. Com a consolidação de sua atuação ao longo dos anos 1990, houve uma ampliação das relações tanto com o poder público quanto com o empresariado, e tal processo seria intensificado na década seguinte (SILVA 2018a; 2018b). As políticas que diferenciam o lulismo dos anos 2000 do neoliberalismo da década de 1990, pelo redirecionamento de recursos estatais para investimento em política social, paradoxalmente, favoreceram o avanço do mercado nesta área, em um processo constitutivo do que correntemente é denominado como inclusão pelo consumo. Em meio a esse contexto, busca-se aqui examinar como se orientaram os movimentos sociais e o empresariado, e que formas de atuação construíram em comum e/ou em disputa.

As possibilidades de parceria entre empresariado e UNAS surgem de diversas formas, e são permanentemente avaliadas pela direção da entidade. “Teve uma pessoa que procurou a gente para fazer turismo aqui. Isso não tem nada a ver com a gente”, conta Ester, diretora da UNAS. Em 2010, foi interrompida uma relação com uma ex-jogadora de vôlei. “Não é parceria, porque ela utiliza um espaço nosso, já trouxe dinheiro não sei de onde, com nossa história, mas não contribui com nossa missão”, por não ter qualquer “articulação com a entidade. Ela tem um projeto que atende a comunidade, mas não trabalha a questão da autonomia, da solidariedade, então não tem afinidade com a gente”. Para Ester, as empresas veem as comunidades como uma oportunidade, “vê o pobre como uma possibilidade de gastar todo dinheiro. Ganho R\$ 500 e fico endividado em R\$ 600, isso é uma coisa do capitalismo que é muito cruel, aparece cada coisa mirabolante para nós”. Um dos casos mais debatidos na entidade foi a parceria com uma instituição financeira estatal, que patrocina atividades realizadas pela UNAS. O critério adotado foi não permitir ações que de alguma forma pudessem endividar pessoas da comunidade. “Só capitalista não pode ser, tem que trazer um retorno pra comunidade, um retorno social”, diz Ester.

Em 2014, aproximou-se da UNAS um professor de uma instituição de ensino superior privada, (doravante Gilmar), disposto a,

voluntariamente, contribuir com a discussão da sustentabilidade financeira da entidade. “Penso em como unir isso com geração de renda. A lógica que trabalho é distinta da daqui, acho que as empresas têm muito a ganhar em Heliópolis, e também, a comunidade. Como unir esses dois mundos é o desafio” (Gilmar, em 27 de janeiro de 2014).

Para isso, o professor propôs a construção de uma parceria com o Instituto Votorantim. “Se faz projeto piloto, começa a quebrar paradigmas. (...) Minha função aqui é fazer vocês ganharem dinheiro”. O encontro no Instituto Votorantim aconteceu em 6/2/2014, com o objetivo de apresentar a UNAS como possível avaliadora de projetos do programa Redes, uma parceria do Instituto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Em 2011, selecionamos 25 municípios para atuar, a maioria onde tem planta da Votorantim, para contribuir com desenvolvimento local, com foco em inclusão produtiva. É participação comunitária e inclusão produtiva. O programa captou R\$ 60 milhões junto ao BNDES” (representante do Instituto Votorantim, em reunião com diretores da UNAS, em 6/2/2014).

O aporte financeiro do BNDES impressiona se comparado às dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais na captação de recursos para viabilizar suas iniciativas. A descrição do programa, por relacioná-lo a desenvolvimento local e inclusão produtiva, indica uma inflexão para o Terceiro Setor, que o professor busca impulsionar. Aqui, a ação social não se reduz apenas à filantropia ou se caracteriza pela ênfase no indivíduo e sua *capacitação*, mas está relacionada com a criação de novos mercados. Para realizar algum empreendimento econômico, o Grupo Votorantim acessa recursos do BNDES, e para mitigar seu impacto na população do entorno, o Instituto Votorantim celebra um contrato com o mesmo banco, para ações sociais no âmbito da comunidade.

Na sequência da reunião, a UNAS foi descrita como uma organização que busca efetivar os projetos enquanto política pública, elemento que confere unidade à diversidade de ações, porém ausente do discurso da representante do Instituto Votorantim. Para Leonardo,

diretor da UNAS, a questão é definir “qual a interface com a política pública. Porque isso é papel do Estado, não de uma empresa”, de modo que a categoria *direito* emerge como dimensão central na análise do impacto do programa implementado. “Tivemos já projeto que era puramente marketing, não pactuaram nada (...). O poder público também se confunde, o assistente social olha o pobre como um problema, vê a gente como um prestador de serviço” (Leonardo, em 6/2/2014).

O professor parceiro da UNAS entende que existe um muro social muito grande na sociedade separando as organizações comunitárias e o mercado. “Uma das coisas que tento é como quebrar o muro, ter relação maior. Isso não vamos conseguir quebrar rapidamente, só alguns espaços. Estimular atividades com troca de experiências, (...) de ganhanha” entre empresariado e ONGs. O professor afirma trabalhar com lógica distinta da que encontra em Heliópolis, pois enquanto pensa em mercado, a UNAS pensa em Estado. “Meu viés é sempre empresa, e o de vocês é poder público” (Gilmar, durante reunião na UNAS em 20/01/2014).

Tais questões apareceram novamente em reunião realizada em 12/2/2014, com discussão referente à gestão de um espaço educacional na comunidade, construído pela prefeitura para atendimento de demanda apresentada pela associação para oferta de teatro, oficinas profissionalizantes e cursos de dança, dentre outras atividades. “A prefeitura tem o Pró-arte, e a gente não consegue trazer porque não tem espaço. E precisamos pensar em que parcerias queremos, Pronatec [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego], Senac [Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial], de formação para o trabalho”, afirma uma das gestoras. Para ela, “seria legal ter espaço de estímulo ao empreendedorismo, para abrir empresa, através de parcerias”. Em contraposição, preocupa-se com a possibilidade de a Prefeitura determinar o que considera *uma gestão formatada* para o espaço. “Se não tivermos proposta, alguém terá. Pode ser como na ETEC [Escola Técnica Estadual], que lutamos por ela, mas não influímos em nada”, concorda Ester.

Já Gustavo, então responsável pelas articulações políticas da UNAS,

contrapõe que esse tipo de parceria é “passageiro, tem que pensar em parceria estratégica, senão não vai manter”. Também para Leonardo, se o gestor for o Sistema S [instituições prestadoras de serviços administrados por federações empresariais], a relação será ruim, apenas de disponibilizar espaço para realização de atividade. “Teremos espaço, mas não gerimos nada. Podemos fazer parceria com a secretaria de Assistência Social ou do Trabalho se quisermos ter a gestão, senão a gente vai fortalecer outra instituição”. Quanto à possibilidade de burocratização da gestão do centro pela Prefeitura, a luta é para que “não se enquadre no modelo”. Para Roberto, a Prefeitura terá de pensar em especificidade, concebendo o Centro como resultado de uma luta popular. “A comunidade tem que estabelecer junto, esse é o novo de Heliópolis” (Roberto, em reunião em 12/02/2014).

O centro não poder ser como a ETEC tem sentido preciso para as lideranças locais, que o entendem como uma conquista da comunidade, construída naquele mesmo local, mas com gestão centralizada, sem admitir qualquer influência do público atendido ou das entidades locais na política que adota. Da mesma maneira, no entender das lideranças a comunidade deve superar as condições postas pelo burocratismo do Estado, com forma de gestão que englobe as especificidades locais e seja compartilhada com a associação. Tal saída, porém, não poderá se dar pela transferência da gestão para uma empresa, de modo que o critério da participação é eixo definidor da posição adotada: a gestão pelo Sistema S significa renunciar à participação na definição do programa pedagógico.

Como será destacado ao longo deste artigo, tais dinâmicas apontam para disputas localizadas na sociedade pela condução das políticas sociais no período analisado. Nesses primeiros relatos aqui destacados há uma ênfase em dois princípios balizadores das relações: a autonomia e a participação, que na visão das lideranças populares devem fundamentar a efetivação da política social como um direito. No entanto, nas práticas cotidianas de negociação de parcerias que possam viabilizar a consecução da política pública, há uma “confluência perversa” entre dois projetos distintos em disputa. Como forma de legitimação da

política, são mobilizadas “as mesmas palavras e referências, mas seu significado já é outro, ainda que essas diferenças não se explicitem com clareza, o que precisamente torna perversa a confluência”. Os deslocamentos de sentido das noções de cidadania, participação e sociedade civil obscurecem o conflito presente entre projetos que, apesar de apontarem para direções antagônicas, se valem de um referencial comum na análise e definição das práticas sociais e políticas (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 55).

Por isso é importante enfatizar o significado atribuído à participação. Nas disputas pela gestão dos equipamentos educacionais locais, fala-se de participar tanto do poder decisório como do controle da execução da decisão sobre um espaço público. Esse foi, em Heliópolis, o ponto de chegada de uma disputa política travada tanto no terreno da sociedade civil quanto da sociedade política, e na relação permanente entre ambas se colocou a solução institucional que confere à participação o eixo central da política pública. Trata-se da materialização de um espaço público que aponta “para além da mera existência de uma sociedade organizada”. É a possibilidade efetiva da participação em um espaço ao mesmo tempo estatal e social, que convive cotidianamente com a disputa política, o conflito, a discussão e a articulação (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, pp. 51-2).

Movimento, empresas e Estado: os tensionamentos da relação tripartite

Os embates entre as forças sociais aqui analisadas, mas muitas vezes dissimulados por referências comuns, levam à necessidade de um esforço analítico que exponha e discuta “as diferenças, os conflitos e a disputa entre os projetos políticos em presença” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 58). Isso cabe às variadas áreas da política social, como na gestão dos espaços educacionais ou na organização da oferta de serviços de saúde, como será descrito adiante.

O tema da gestão do centro educacional esteve presente em reuniões entre a comunidade e um empresário da área de projetos arquitetônicos (aqui denominado José), em 12/2/2014 e 24/2/2014, quando foi debatida a proposta construção de uma biblioteca no local. A discussão centrou-se na possibilidade de ceder um espaço para a abertura de uma livraria. O empresário sugere que a UNAS procure “o mais entendido disso” que, “do ponto de vista do capital, é o dono da Livraria Cultura”. A maioria se anima com a ideia, e Gustavo, em conversa após a reunião, resume a proposta:

É melhor uma relação tripartite, com o poder público e empresariado, porque dá mais força, a não ser que o empresário só vise o lucro. É isso que vamos ver. Se tiver visão social, é melhor para a gente. O Leonardo não concorda. Para ele, tem de ser tudo nosso. Já tivemos parceria ruim, como com o Instituto Holcim, que só queria lucrar. O próprio José, que nos apresentou, depois disse “sai fora” (Gustavo, diretor da UNAS, em conversa informal em 12/2/2014 – grifo meu).

Ao mencionar Leonardo, refere-se a diferentes posições no movimento sobre as parcerias com empresas para gestão de um espaço na comunidade. Algumas lideranças defendem que o ideal a ser buscado é de total controle pela UNAS da elaboração e execução das iniciativas. Outras, entendem que uma *relação tripartite*, compartilhada entre UNAS, empresa e Estado é a ideal, pois *dá mais força*.

Secretaria da Educação e Prefeitura não têm modelo de gestão disto aqui. Isso aqui é espaço democrático, e a garantia dessa política cabe a nós, independente da gestão que está aí. Temos de ter consciência desse modelo que criamos. Quebramos o muro quando se senta com o José [empresário] e discute proposta com comunidade. Esses parceiros, se for de direita a gente traz pra realidade, e aqueles que ignoraram a gente foram embora, mas é o processo, que a gente vai construindo autonomia. Tem legalização, todas essas burocracias, mas isso aqui é mudança (Lia, liderança, em reunião em 24/2/2014).

A ideia de *quebrar o muro* novamente é expressa, agora por uma liderança local, em referência ao resultado da ação organizada pela UNAS na conformação de um novo espaço público. A perspectiva de mudança reside na superação de mecanismos estatais-burocráticos de gestão do espaço que resulta em nova heterogeneidade. A participação implica em uma forma de gestão pública que tem como elemento fundamental a participação comunitária na estrutura de governança, associada à empresarial.

A heterogeneidade de posições e os tensionamentos têm como caso emblemático uma iniciativa com o Instituto Holcim, recorrentemente lembrado em alusão aos riscos políticos de uma parceria com o empresariado. “Foi um *furo n’água*. Trouxe grupo de Belo Horizonte, padre da Opus Dei para dar opinião” (José, durante reunião em Heliópolis em 24/02/2014). Roberto complementou lembrando que o representante do Instituto, ao buscar a parceria com a UNAS, “botou espada em nosso pescoço, queria fazer acordo na hora”, para abrir universidade particular na região (Roberto, diretor de escola municipal em Heliópolis, em reunião em 24/02/2014).

Ele achava que dinheiro compra tudo, recebemos oferta, ficamos assustados. A gente quer discutir desenvolvimento humano, questão social (...). Queremos que a sociedade assuma seu compromisso para todos os brasileiros. E nossa relação foi se distanciando. Numa das últimas vezes, quis discutir nossas ideologias, com base numa matéria da *Folha* criticando o Lula. Falei: ‘aqui não, meu limite chega aqui’. Foi momento muito bom para entender. A gente pegou conhecimento também, e os fomos explorando também. (Lia, em reunião em 24/2/2014).

Os tensionamentos foram muitos, sobretudo em relação às formas de divulgação e recrutamento de alunos para a universidade. E, nas palavras de Lia, esse tensionamento chegou em um limite, quando o *parceiro* questionou as ideologias das lideranças. Trata-se, no referido caso, de tentativa de ação comum entre forças que se orientam por projetos políticos distintos. A proximidade se dá por um interesse comum de concretizar uma iniciativa que atenda a interesses das forças

sociais que compõem o território: acesso ao ensino superior. No entanto, as diferenças se explicitam na medida em que se contrapõem projetos políticos antagônicos. Apresentar uma reportagem de jornal “criticando o Lula” é, no referido caso, a materialização da disputa ideológica posta que inviabilizou a parceria.

Tais conflitos são obscurecidos quando há referência comum à efetivação de direitos e melhoria nas condições de vida da população. Um exemplo dado por Gilmar para a quebra de muros na relação entre empresariado e Heliópolis é a clínica particular de saúde Dr. Consulta, localizada na Estrada das Lágrimas, em frente à principal unidade de saúde do território, e que garante exames a baixo custo. Ela seria uma iniciativa boa para todos, pois, “no SUS os exames demoram” (Gilmar, em conversa informal em 21/01/2014).

Interessante observar que este exemplo, tomado por ele como referência na *quebra do muro*, é meramente empresarial: trata-se de uma clínica particular que tem como público-alvo famílias de baixa renda. A dimensão social, aqui, não está dada pela participação social na gestão da iniciativa, mas pela oferta de um serviço complementar ao direito efetivado: diante de um SUS com fila para exames, abre-se uma alternativa, a preços mais baixos que os normalmente cobrados pelo mercado.

A referência teórica que embasa tal objetivo está sintetizada no artigo *Cocreating Business's - New Social Compact*, de Brugmann e Prahalad (2007), com a exposição de “novos modelos de negócios que vão transformar organizações e a vida das pessoas pobres”, em um contexto em que a liberalização de mercados está forçando executivos e ativistas sociais a trabalharem juntos (BRUGMANN; PRAHALAD, 2007). De acordo com o artigo, ocorreram três consequências inesperadas das reformas econômicas preconizadas pelo neoliberalismo em todo o mundo: **i)** ONGs emergiram como *fiscalizadoras* do setor corporativo, “ocupando o vácuo governamental” no acompanhamento de impactos sociais, ambientais e econômicos que atividades empresariais desreguladas acarretam; **ii)** as empresas investiram pesadamente no desenvolvimento de *expertise* em cooperação com

ONGs, através da criação de iniciativas de responsabilidade social empresarial e *cause-based marketing programs*; **iii**) os mercados estão surgindo como arenas em que companhias e ONGs interagem (BRUGMANN; PRAHALAD, 2007, pp. 82-5).

A questão colocada para o empresariado das economias centrais em contexto de ampla liberalização comercial era: uma vez aberto o mercado nacional, como explorar todo potencial de lucro de uma economia dependente e com altas taxas de pobreza? Para além da desterritorialização do setor produtivo em busca de exploração de mão-de-obra mais barata, componente central do projeto neoliberal, no entender do empresariado seria possível criar modelos de negócio inovadores que ajudem a crescer novos mercados na base da pirâmide, o que passa pela convergência de interesses e capacidades entre ONGs e corporações (BRUGMANN; PRAHALAD, 2007, p. 82).

Os autores afirmam que, nas últimas décadas, houve três estágios de convergência entre o setor corporativo e a sociedade civil, antecedidos por um período denominado de pré-convergência, em que as ONGs adotaram diferentes atitudes frente a liberalização e globalização. Superado os impasses, iniciam-se os estágios de convergência: **i**) o *be-responsible stage*, caracterizado pela noção de Responsabilidade Social e iniciativas compartilhadas entre empresa e ONG; **ii**) o *get-into-business stage*, em que empresas e ONGs desenvolvem iniciativas comuns para “alcançar a base da pirâmide”, em que o trabalho das organizações dá base para a atuação empresarial e a captação de recursos permite a estruturação de ações sociais; e **iii**) o atual estágio, de *Cocreate-businesses*, em que companhias e organizações criam negócios compartilhados, tais como a entrega de produtos a baixo preço, negócios híbridos entre ONGs e empresas e, mais importante para a discussão que se segue, “para revitalizar a legitimidade social da corporação e ao mesmo tempo expandir o impacto da ONG” (BRUGMANN; PRAHALAD, 2007, pp. 82-90 – tradução livre).

No caso da UNAS, a busca seria por superar o estágio *ii* de convergência em direção ao *iii*, pela criação de relações de mercado entre as partes e com a comunidade. A justificativa está na provisão de

supostos benefícios da globalização às pessoas que seguem na base da pirâmide. O exemplo dado pela realidade de Heliópolis, nas palavras do professor, é o Dr. Consulta, justamente um negócio que contradiz a luta histórica pelo Sistema Único de Saúde (SUS), reivindicado pela UNAS como forma de efetivação da saúde como direito. A despeito disso, a UNAS propagandeou o novo serviço presente na comunidade pela rádio comunitária e pelos seus equipamentos, e assim contribuiu com a construção de um projeto antagônico ao seu. Ressalta-se que o serviço privado segue as formulações preconizadas pelo Banco Mundial (BM), que combinam verticalização da política de saúde com focalização: mantém-se a centralidade do poder decisório na relação entre Estado e iniciativa privada, com a construção de “pacotes básicos para os pobres”. Somam-se a isso os ajustes estruturais para garantia de competitividade no setor, que estimulam a segmentação entre serviços básicos e convencionais, além da criação de seguros (MISOCZKY, 2003).

Entre o direito e a mercadoria

A propagação de valores antagônicos ao projeto de sociedade e Estado que a associação defende é um dos riscos presentes em todas as possibilidades de parceria observadas. Em reunião, enquanto debatiam a viabilidade de tornar serviços da biblioteca comunitária um produto a ser vendido no mercado, houve a proposta: “E se recebêssemos patrocínio para colocar uma marca no nome da biblioteca? Exemplo: Biblioteca UNAS Abril? A empresa paga para nomear, cerca de R\$ 120 mil por ano. Vocês têm problema com isso”? A pergunta suscitou um debate que estaria presente em todas as reuniões: quais parâmetros devem balizar o financiamento empresarial das ações da UNAS. Ante a proposta de vínculo da marca de uma empresa ao nome da biblioteca, por exemplo, a resposta do responsável por captação de recursos da UNAS foi: “é responsabilidade social em troca de marketing muito pesado”, e remeteu a decisão para a direção da associação, que também

negou essa possibilidade.

Em uma das reuniões acompanhadas, Balza contou que, no processo de construção da parceria que daria origem ao “Projeto Alconscientes, com a Ambev, foi uma crise”, relacionada à associação do nome de uma empresa a uma atividade da associação. “E a Claro uma vez deu R\$ 10 mil, apanhei muito por causa de uma bandeira que colocaram. Nunca mais fiz” (Balza, durante reunião na UNAS). “As empresas acham que podem fazer o que querem”, opinou outra pessoa presente.

O Projeto Alconscientes era uma parceria entre Ambev e UNAS, no âmbito do programa da empresa intitulado Jovens de Resposta. Trata-se de uma iniciativa de formação para adolescentes de 14 a 17 anos que tem por objetivo “a prevenção do uso indevido do álcool dentro de Heliópolis”. Para isso, são promovidas oficinas no contraturno escolar, sobre temas como leitura-escrita e direitos humanos, além de atividades de rua e realização mensal de uma Balada Black sem álcool. O financiamento é da Ambev, por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fumcad) da Prefeitura de São Paulo.

O projeto foi coordenado pela UNAS e tem acompanhamento da Ambev, por uma pessoa que já foi trabalhadora da associação e hoje está na empresa. Recorrentemente, jovens que se destacam no Alconscientes são contratados pela Ambev ou por ONGs que promovem atividades para os participantes. “A ONG Criar, do Luciano Huck, quer jovens mais velhos. É a sequência do Alconscientes, porque os meninos ficam perdidos, aí depois do projeto não têm alternativa, lá podem dar a sequência”, afirmou o representante da Ambev em reunião de avaliação.

Há uma disputa posta em relação à sequência da participação da juventude. De um lado, o mercado utiliza os programas para contratar jovens formados nas atividades, e se afirmam como caminho de vida para as pessoas envolvidas. De outro, a própria UNAS oferece espaços alternativos sob seu controle, colocando o engajamento militante na comunidade como a trajetória a ser seguida. O principal desses espaços é o Fórum de Juventude da UNAS, que articula lutas reivindicativas relacionadas aos direitos sociais da juventude em Heliópolis. Nele, reúnem-se mensalmente cerca de 20 jovens para debater problemas do

território e construir atividades formativas, culturais e sociais. Nos dias que antecedem a reunião do Fórum, é abordada nas oficinas do Projeto Alconscientes a importância do espaço e da participação dos jovens.

Muitos deles, efetivamente, engajam-se nas atividades do Fórum, que variam desde visita a museus até atuação político-social em questões gerais da comunidade. Um exemplo disso surgiu em reunião em 4/11/2013, quando o Fórum recebeu a visita de estudantes de administração da ETEC localizada no Centro Educacional Unificado Heliópolis. Os alunos procuraram no Fórum apoio organizativo para resistir ao fechamento de cursos na escola. “Precisamos da ajuda de vocês. A diretora não dialoga com os estudantes, e quer fechar o curso de administração, dizendo que não tem demanda, sendo que nem dialoga com a comunidade”, explicou um deles, ressaltando que existe a ameaça de a própria ETEC fechar. A decisão de procurar o Fórum se deu porque “ficamos sabendo que a UNAS tinha reivindicado a ETEC”.

Integrantes do Fórum procuraram abrir diálogo com a diretora da escola, com apoio da associação. Decidiu-se organizar uma plenária entre estudantes da ETEC, jovens da comunidade e a diretora, para tratar dos problemas apontados. A questão foi abordada no Seminário de Educação da UNAS, em 22/11/2013. Cinco dias depois, uma das lideranças do Fórum, Liliane, contou em conversa informal que “a ETEC está intransigente, não quer dialogar com alunos e população. Então vamos fazer plenária na quadra da UNAS e nossa direção vai procurar a superintendência de educação ou a coordenadoria”.

Diante da ameaça, a diretora da ETEC aceitou a realização da plenária na escola, em 6/12/2013, com sua participação. Nesta ocasião, “a diretora falou que vai mesmo fechar, que a ordem é de cima, não tem demanda, tem evasão. Então vamos fazer abaixo-assinado. Tinha mais gente do Alconscientes e do Fórum de Juventude do que estudantes”, conta um jovem do projeto que participou da plenária.

É dessa forma que muitos justificam a execução do Projeto Alconscientes: é garantido por uma parceria estabelecida pela UNAS com uma empresa, como projeto focalizado, mas as oficinas se transformam em algo mais que o inicialmente proposto. Os jovens

participantes do programa são sujeitos que passam a integrar a luta da UNAS em defesa da educação como um direito a ser efetivado pelo Estado.

No caso da luta por uma ETEC com maior participação e voltada aos interesses da comunidade, o diálogo e as articulações se seguiram nos primeiros meses de 2014. Nas conversas, “vimos que são vários os problemas dela com os alunos, tem preconceito dos professores na ETEC, por isso muitos alunos saem, a escola não tem articulação com a comunidade, isso fez com que muitos desistissem dos cursos”, explica Liliane. “Os professores chamam os alunos de ‘favelado’, dizem que não têm capacidade de aprender. Veio pai procurar a gente para reclamar”, complementa (Liliane, durante reunião do Fórum de Juventude da UNAS, em 16/04/2014).

Em abril de 2014, foi acordada entre juventude de Heliópolis e diretoria da ETEC a realização de uma pesquisa para levantar a demanda por cursos técnicos na comunidade. A proposta foi construída diretamente com a escola, sem a necessidade de pressão sobre o Centro Paula Souza ou entrega de abaixo-assinado. Estabelecido o diálogo, Liliane conta que duas mães já procuraram a UNAS para reclamar de problemas na ETEC. “Falei para a diretora que não vamos fazer o papel que é da ETEC, vocês têm que atender os pais”. Nesse período também foi promovida uma visita dos professores da escola à Rádio Heliópolis, para ampliar a integração entre ETEC e comunidade.

A procura pela entidade, vinda de pais e mães de estudantes da ETEC, a partir de questões que extrapolam a luta específica em que o Fórum se envolveu, aponta para a relação entre construção de um espaço como esse e o acúmulo de forças do movimento no território. Aqui, entra em foco um elemento da tática da UNAS: cada iniciativa converge, a partir de seu impacto na vida social de Heliópolis, no reconhecimento da entidade como representativa dos interesses gerais do território. Tal reconhecimento e as conquistas objetivas da atuação da entidade implicam em ampliação da base social de apoio à sua atuação político-social.

O projeto Jovens Alconscientes tem que virar política pública. Estamos garantidos, mas não sabemos até quando. O Governo Federal já fez piloto em 26 escolas para ver se o projeto é replicável, e acharam que é, foi um sucesso. Vão replicar para 5 mil escolas, mas não nos chamaram, colocaram os professores. E não deu certo, tem que chamar quem está fazendo para interagir com as escolas. São as ONGs que trabalham com isso. Todos os veículos de comunicação já fizeram matéria sobre o nosso projeto. A gente inverte a pauta, estamos em evidência, dá para pautar e lutar para virar política pública (Balza, durante reunião em 25/11/2013).

Existe, portanto, uma relação direta entre atividade promovida por meio de parceria na comunidade - o Projeto Alconscientes, financiado pela Ambev -, espaço organizativo sob controle político da UNAS – o Fórum de Juventude -, e objetivo de conquista de política pública a ser efetivada pelo Estado. A Ambev e ONGs parceiras oferecem a saída pelo mercado. A UNAS oferece o Fórum de Juventude, instrumento de organização da juventude de Heliópolis em torno de seu projeto político, expresso pelo objetivo de conquistar políticas públicas para os Jovens.

Esse caminho não é simples, por isso o processo de formação, organização e luta em torno de um projeto político é contínuo e, nessa conjuntura, é considerado prioritário pela UNAS nas ações que desenvolve. Ester explica – em reunião realizada com um Instituto contratado pela associação para auxiliar no planejamento estratégico – que às vezes trabalhadores/as contratados/as pela UNAS entendem a militância “como carga, não querem mudar de vida, o mundo. É visto como peso, um fim de semana perdido, não transformação do mundo” (Ester, em 7/5/2014). De acordo com Balza, muitas pessoas chegam à associação em busca de emprego, mas “depois assumem nossa missão. Outras estão há muito tempo e não assumem”.

Uma das causas reside na disputa política que está presente na sociedade como um todo e adentra para o interior da associação por diferentes formas. “Trazemos formador que vem com negócio de empresa na cabeça deles. Nas creches a gente vê, escuta tanta coisa com as pessoas. Posturas delas são inadequadas para o que pensamos como

método”, explica Fátima, em reunião de diretoria da UNAS em 29/11/2013. São inadequadas, pois, prevalece uma visão de mundo “consumista, e passam isso para as crianças. Temos de ter paciência, é questão de informar e educar (...). A gente acaba ficando a serviço do rico, ensinando a ser consumista. Temos de ter estratégia”, o que passa por confiar na própria militância da UNAS para realizar os trabalhos formativos.

Assim como Ester, Fátima e Balza, as lideranças de forma geral se assustam com a quantidade de trabalhadores/as da UNAS que, no dia a dia, assumem o discurso conservador. Para Lia, uma resposta coletiva a situações como essas “depende muito do fortalecimento político da direção, os grupos se fortalecem. A fragilidade que temos é real. Temos que desenvolver consciência política, de visão de mundo”. Ela ressalta que a direção da UNAS e o conjunto da associação “têm que melhorar sua cabeça para pensar e mudar comportamento, precisa se avaliar melhor”, no que considera uma questão cultural. Prevalece na comunidade a “formação de que o pobre tem que continuar no seu quadrado, temos que desconstruir algo que está tão fortalecido na identidade de um povo”. Como exemplo, cita que “está muito na cabeça das pessoas que o chefe é o dono da razão, mas o dono da razão é o coletivo”.

Parte dessas contradições e dificuldades está no que Singer (2012) afirma como traço característico do subproletariado, que tende a ser “politicamente constituído desde cima”, em razão de sua condição atomizada no modo de inserção no sistema produtivo (SINGER, 2012, p. 79). Das dificuldades de se auto-organizar decorre uma característica subjacente: “o subproletariado deposita no Estado, não na sociedade organizada, a esperança de sair da pobreza sem passar por turbulências que poriam o risco o processo de integração” (SINGER, 2012, p. 201). Por isso, apesar da atuação de mais de quatro décadas em Heliópolis, segue como desafio permanente posto à UNAS estabelecer a relação entre os processos de organização e luta e as conquistas de melhoria nas condições de vida em Heliópolis. Também por isso existem embates no interior da associação que contrapõem atuações de caráter assistencial

às de mobilização e enfrentamento.

As lideranças destacam que havia formação política no período de resistência à Ditadura Militar, mas hoje “acaba não aproveitando o que produz. É só trazer o que a gente vive pra teoria, fazer prática virar teoria. A gente acaba não fazendo isso. Daqui a pouco tem gente falando mal do Paulo Freire nos projetos”, entende Fátima, uma diretora da UNAS. Associado a isso estão os “modelos de mercado”, as orientações pedagógicas presentes nas parcerias entre a associação e empresas e que influem nos conceitos que definirão a ação dos agentes em movimento.

Somos organização de caráter popular, que consegue fazer coisas gigantescas, mas na formação chega muito modelo mais para atrapalhar, vinculado a empresas privadas, que tem elementos importantes, de monitoramento e planejamento, mas modelos não podem abafar uma coisa de maior importância, que é política e de movimento. Devemos parar e olhar com atenção, reflexão sobre que modelo de formação levar para a ponta (Eduardo, diretor da UNAS).

A utilização de referenciais comuns com significados redefinidos adquire contorno preciso no sentido de perverter o projeto político que orienta a prática daqueles sujeitos: as propostas pedagógicas que chegam pelas parcerias são modelos que “abafam” uma política que é “de movimento”. Trata-se do enfrentamento, no plano local, ao primado do mercado que se estende ao conjunto da sociedade e legitima pela lógica do mercado e do consumo a organização da vida social, política e cultural (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 55). Como resposta, a associação busca construir um programa de formação política que leve à formulação teórica as questões vivenciadas pela militância.

A gente tapa buraco e conceitua. Fomos brigar uma vez no Fórum de Justiça, que decidiu afastar mãe e filhos do agressor. Em geral, são os agredidos que têm de sair de casa, têm cabimento? E isso é uma questão de força, de correlação de forças, a mulher, a criança e o adolescente têm menos força na sociedade. Então agora em todos os espaços debatemos a questão de afastar o agressor, não os agredidos. Fomos pra cima mesmo, e o pessoal sabe de

nossa força, que somos movimento, então sabem que mesmo se for só eu, tem um monte de gente por trás de mim. A Marilena Chauí dizia que não tem que tapar buraco, tem que conceituar. Nós fazemos os dois, porque tem a vida das pessoas, e por isso ficam chamando a gente de assistencialista. Mas não, a gente tapa buraco e conceitua (Fátima, em conversa informal em 8/12/2013).

A luta repõe de modo constante a necessidade de formulação teórica relacionada com uma estratégia de transformação social. Nas palavras de Lia, só assim é possível “desconstruir algo que é tradicionalmente implantado” ou, nas palavras de Fátima, é desse modo que se “tapa buraco e conceitua”. Novamente aqui estão postos os desafios de organização de forças sociais constituídas pelo subproletariado, que depositam em processos advindos desde cima suas expectativas de melhoria de condições de vida. A necessidade permanente de tapar buraco e conceituar, em um processo organizativo e de luta, está inserida nesse contexto, em que, na sociedade, os interesses gerais das classes populares e dos demais grupos subordinados pela força hegemônica estão submetidos a formas de dominação clientelistas, autoritárias e individualistas, com dimensões econômicas, políticas e ideológicas.

As experiências de relação entre UNAS, empresas e administração pública na atuação social, em sua especificidade da educação e assistência social, permitem afirmar que os movimentos sociais estão em posição *desigual e dependente* em relação ao Estado e ao mercado. Essa posição decorre diretamente das possibilidades *desiguais* de acesso a recursos públicos e privados que viabilizem iniciativas transformadoras das relações sociais, e conseqüente *dependência*, ante forças antagônicas, para executar suas ações *em parceria*. Essa condição, no entanto, traz margem para atuação com algum grau de autonomia, como exposto pela parceria com a Ambev.

O período de vigência do lulismo promoveu uma reorientação significativa na distribuição de recursos do Estado. Tal reorientação canalizou um aporte maior de recursos em áreas da política social e favoreceu a atuação social empresarial e de associações de base comunitária. Os órgãos administrativos do Estado e o empresariado

executaram parte significativa dos recursos pela construção de parcerias com organizações e movimentos populares, o que abriu a estes uma possibilidade de fortalecimento de sua atuação político-social nos territórios. Disto decorreram contradições aqui expostas.

A perspectiva do direito, por exemplo, compunha as formulações do BNDES naquela época acerca das diferenças entre a atuação social tradicional das empresas e o que foi denominado como *novo paradigma* da responsabilidade social. O caminho entre a ação de Responsabilidade Social e o direito é mediado pela *tecnologia social*, que “compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social” (LEAL; NEVES, 2010).

A construção da noção de direito estaria na formulação de tecnologias que possam vir a ser efetivadas enquanto política pública, em ambiente externo ao escopo do projeto. É produto que, se adquirido pelo Estado e ofertado a um público mais amplo, torna-se direito. A essa noção se combina outro conceito, formulado pelo GIFE: o Investimento Social Privado. Trata-se de um dos componentes da Responsabilidade social empresarial, definido pelo “repasse voluntário de recursos privados, de forma planejada, monitorada e sistemática, para projetos sociais de interesse público” (GIFE, 2001, p. 11). Em entrevista publicada na página da organização, uma socióloga afirma que esse setor movimentou, em 2011, em torno de R\$ 6,8 bilhões, 1,18% do lucro bruto das empresas¹.

No entanto, segue como desafio distante a consolidação, como um direito, das ações sociais financiadas pelas empresas que acessam recursos do BNDES. Apesar do que é preconizado pelo fundo social do banco, “a iniciativa privada enfrenta dificuldades em gerir atividades com lógicas distintas da lógica dos negócios” (LEAL; NEVES, 2010, p. 105). O fato é exposto por Beghin (2005), que descreve a atuação social das empresas como “não produtora de cidadania”, em razão da

1 Ver em <http://www.gife.org.br/artigo-entrevista-o-investimento-social-privado-atingiu-um-alto-patamar-14864.asp> (último acesso em 11/12/2014).

discricionariedade no atendimento e seletividade do público. O caminho proposto pelo banco para enfrentar tal dilema seria a construção de espaços públicos ou coalizões locais que promovam o controle social da atuação empresarial. No mesmo sentido vai a formulação de Leal e Neves (2010): como diretriz, os autores propõem ao BNDES “evidenciar a articulação com a política pública, por meio, por exemplo, de anuência do poder público ou de conselho de participação social devidamente regulamentado” (LEAL; NEVES, 2010, p. 117).

Tais propostas frente ao descumprimento, pelos programas financiados pelo BNDES e desenvolvidos pelas fundações empresariais, da diretriz de que se tornem política pública, remonta às lógicas distintas que orientam a perspectiva do direito e a do mercado. A redução da participação à anuência traz à tona limites postos à tentativa de combinação entre diferentes projetos de sociedade. Trata-se de um deslocamento de sentido da participação social, uma das consequências mais imediatas da confluência perversa entre o projeto neoliberal e o democrático-popular operado ao longo das décadas de 1990 e 2000 (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Nos anos 1970-80, com a intensificação das lutas dos movimentos sociais, a categoria participação ganhou centralidade como objetivo político do denominado campo democrático-popular. Como resultado de um intenso processo de luta, houve a conquista de espaços institucionais como conselhos e conferências, destinados à inclusão da população geral na formulação de políticas públicas. No entanto, com o avanço das forças neoliberais na década subsequente, a noção de participação foi resignificada. Com a confluência perversa entre os projetos neoliberal e democrático-popular, a referência mútua à participação, a utilização de um referencial comum, obscurece os conflitos presentes. O projeto neoliberal possui uma concepção restrita de participação, excluindo-se dela o efetivo compartilhamento do poder de decisão (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

As relações entre Estado, mercado e ONGs ganham destaque nesse contexto, promovendo novo deslocamento de sentido: a noção ampla de sociedade civil é reduzida à de Terceiro Setor. A parte da sociedade

assim denominada é tomada pelo todo, de modo que sociedade civil passa a se restringir àquelas organizações que adotam comportamento aceitável pelo governo e pelo mercado (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006). Nesse cenário, organizações e movimentos sociais historicamente construídos em torno dos objetivos de transformação profunda da estrutura social e por ações de confronto ante Estado e mercado passam a ser envolvidos e disputados por ações com lógicas antagônicas às suas, em meio a uma aparente homogeneidade de discursos e práticas.

A hegemonia neoliberal no interior do Estado e nas relações de mercado leva para o interior dos movimentos os dilemas da inclusão pelo consumo. Em meio à proliferação de organizações orientadas diretamente pela lógica neoliberal nos anos 1990, o campo de forças democrático-populares que historicamente se opôs à orientação da ação social pelas fontes de financiamento não esteve imune à influência de uma disputa posta na sociedade, e por diferentes formas buscou enfrentar tais dilemas.

A novidade da situação exposta pelos artigos e relações empresariais aqui relatadas está na referência, pelo mercado, à cidadania e ao direito como noções que superam a solidariedade moral individual. Naquilo que Leal e Neves (2010) chamam de atuação tradicional empresarial, o discurso neoliberal omite qualquer referência à universalidade do direito, de modo que a ressignificação da cidadania e da solidariedade bloqueou suas dimensões políticas e referências ao interesse público (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006). Já na proposta de Investimento Social Privado, a palavra direito volta à cena, para legitimar a atuação do mercado e ser garantido por ele. Aqui, a efetivação do direito se apresenta como possibilidade de abertura de novos mercados, e aqueles que atuam onde o mercado e o direito estão ausentes – organizações e movimentos sociais – cumprem o papel de dar base de legitimação social para um processo que gera conflitos e disputas.

Isso está presente nas situações vividas em Heliópolis, em uma dinâmica que, novamente aqui, foi diretamente influenciada pela

conjuntura nacional nos governos Lula e Dilma. Os dados inicialmente apontados de avanço do Terceiro Setor foram sustentados, em parte, pelo crescimento no aporte de recursos do BNDES, como indicam os diálogos da UNAS com o Instituto Votorantim e os dados de investimento do banco. A relação entre abertura de mercados e *parcerias* sociais buscadas pelas empresas também é observável no contexto de Heliópolis, estabelecendo uma relação direta entre ampliação do consumo e Investimento Social Privado.

É possível dizer que, no plano geral, as políticas dos governos Lula e Dilma ampliaram tanto as possibilidades de auto-organização das classes populares, quanto a atuação social de empresas nos mesmos territórios. Isso repõe, em âmbito local, as disputas políticas que caracterizaram o modelo lulista de arbitragem de interesses. As empresas que atuam com a oferta de serviços sociais e os movimentos sociais se beneficiaram da inflexão política representada pelos governos Lula e Dilma, pelo direcionamento orçamentário em seu favor. No entanto, essas mesmas forças sociais se distanciam em relação ao significado da execução de tal orçamento, se em favor do mercado ou da universalidade do direito. A palavra parceria obscurece esse conflito presente entre forças que se orientam por projetos políticos distintos, em uma dinâmica que é, ao mesmo tempo, de aproximação e de afastamento.

Ainda que a literatura sobre o período faça referência a disputas e aproximações entre diferentes frações burguesas na condução política macroeconômica – o antagonismo entre burguesia interna e burguesia associada (BOITO JR, 2012 e, de forma mais nuançada, em SAAD FILHO; MORAIS, 2018) ou entre coalizões rentista e produtivista (SINGER, 2015) –, na atuação social aqui analisada não há diferença significativa entre elas. Os variados interesses entre setores produtivo e financeiro, interno e transnacional, estão articulados em torno do avanço do mercado como lógica prevalente de (des)integração social. Isso aproxima o caso em foco da literatura sobre como a racionalidade neoliberal busca “tanto restringir quanto desdemocratizar o político” (BROWN, 2019, p. 70). Na medida em que o lulismo não rompeu com

os preceitos neoliberais preconizados para a organização da vida em sociedade, o Investimento Social Privado fez avançar na organização da vida comunitária a lógica de mercado em contraposição ao direito. Essa atuação social empresarial pode ter contribuído para conformar, ao longo dos anos, bases ideológicas em meio popular que favoreceram, na conjuntura de ascensão da extrema direita, a disseminação de valores neoliberais na sociedade.

Considerações finais

No período de ascensão e crise do lulismo, que antecedeu à ascensão da extrema direita liderada por Jair Bolsonaro em favor de uma política neoliberal ortodoxa, houve uma intensificação do financiamento empresarial de atividades desenvolvidas pela UNAS, em uma aproximação caracterizada como de fora para dentro, ou seja, há uma constante busca, pelo empresariado de diversos setores, de promoção de *parcerias* na execução de atividades locais. Nas relações que estabelecem, há referência, pelo mercado e pelas lideranças, à cidadania e ao direito como noções que superam a solidariedade moral individual na organização das ações sociais. No entanto, a referência comum a um mesmo termo – direito – obscurece conflitos relacionados aos significados distintos que a parceria assume para o empresariado e para a associação.

Apesar da confluência de interesses na busca por melhorias das condições de vida da população, as atuações apontam para sentidos opostos: na proposta empresarial, a referência ao direito é forma de legitimar sua atuação, de modo que a ação social se apresenta como possibilidade de abertura de novos mercados e ampliação do consumo. A *parceria* comunitária garante base de sustentação político-social para tal processo. Para a associação, dependente de recursos, a *parceria* estabelece condições de luta para que a ação social se torne política pública, como exemplificado pelo Projeto Alconscientes. No interior dessas ações, as forças envolvidas entram em disputa no território.

Assim, a análise da cena política brasileira dos anos 2000 com base nas relações entre empresas e associações como a UNAS apresenta um paradoxo: políticas macroeconômicas que diferenciam o lulismo do neoliberalismo ortodoxo dos anos 1990 – nas variadas formas de definição de uma inflexão com características *novo*, *neo* ou *social-desenvolvimentistas* (BOITO JR. 2012; SAAD FILHO; MORAIS, 2018, BASTOS, 2012; BRESSER-PEREIRA, 2012) – reiteraram, na dinâmica da atuação social de base comunitária, um efeito próprio da política neoliberal: a “ascensão de uma forma de razão normativa que estende métricas e práticas de mercado a todas as dimensões da vida humana” (BROWN, 2018, p. 15). O caso do Dr. Consulta é o mais emblemático disso.

O contexto estudado apresenta uma permanente disputa política na sociedade, entre forças que se orientam por projetos distintos. As resistências presentes no interior da UNAS apontam para isso. Esta segunda assertiva permite adicionar outro elemento central à definição daquele período: em âmbito comunitário, houve uma permanente confluência de interesses entre forças sociais antagônicas, que conjuntamente buscaram produzir impacto social pela melhoria nas condições de vida da população. No entanto, são atuações que muitas vezes apontam para sentidos opostos: de um lado, o mercado, de outro, a universalidade do direito. Este conflito é obscurecido pelo referencial comum a que remetem os discursos das forças em disputa, e isso permite definir tal dinâmica como de confluência perversa, nos termos propostos por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006).

Diante disso, há ainda uma disputa posta no interior dos movimentos, decorrente de uma heterogeneidade de posições: algumas lideranças defendem uma política tripartite, que combine em uma mesma atuação a associação, o Estado e o mercado; outras defendem que a associação não estabeleça relações com o mercado, pois estas perverteriam o projeto que as orientam. Pode-se, aqui, afirmar que: as primeiras se alinham com a tática de conformação de uma aliança entre as classes populares urbanas e frações burguesas, em um arranjo local que se referencia no modelo próprio do lulismo; e as demais reivindicam

um projeto autônomo, cuja concretização passa necessariamente por uma mudança na correlação de forças na sociedade como um todo.

A novidade da situação exposta está na referência, pelo mercado, à cidadania e ao direito como noções que superam a solidariedade moral individual. Na chamada atuação tradicional empresarial, o discurso neoliberal omite qualquer referência à universalidade do direito, de modo que a ressignificação da cidadania e da solidariedade bloqueou suas dimensões políticas e referências ao interesse público. Já na proposta de Investimento Social Privado, o direito volta à cena, para legitimar a atuação do mercado e ser garantido por ele. Aqui, a efetivação do direito se apresenta como possibilidade de abertura de novos mercados, em contraposição à universalização de serviços públicos. Aqueles que atuam onde o mercado e o direito estão ausentes – organizações e movimentos sociais – são procurados pelas empresas para conquistar legitimação social para um processo que gera conflitos e disputas, obscurecidos pelo referencial comum a que remetem os discursos.

É possível, com isso, levantar hipóteses para pesquisas sobre o período subsequente, relacionadas à dinâmica de organização e luta das classes populares. A ascensão da extrema direita, que tem como força dirigente as burguesias realinhadas em torno do neoliberalismo ortodoxo, pode ter se apoiado em forças sociais compostas pelas classes populares e orientadas pela lógica de mercado no cotidiano vivido. Esta base foi conformada por disputas engendradas pelo empresariado ao longo dos anos 2000 não apenas em âmbito institucional, pelas igrejas e/ou por meios de comunicação de massa, mas também nas dinâmicas de atuação social local. Aqui assenta-se a hipótese de que houve, no período, uma intensa disputa na sociedade civil que perpassou o interior de associações e movimentos populares urbanos, e o avanço no controle de sua orientação por forças neoliberais pode ter sido um dos elementos decisivos na definição de uma correlação de forças favorável a uma nova fase de avanço neoliberal, com acentuação de seus componentes mais autoritários.

Referências

AROUCA, Antonio Sérgio. Novo texto define a base para a implantação da Reforma Sanitária. *Proposta: Jornal da Reforma Sanitária*, Brasília, DF, n.13, 1988.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, 2012.

BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Economia do desenvolvimento: do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. (Org.). *Desenvolvimento econômico e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo, Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro, Zazie Edições, 2018.

BRUGMANN, Jeb.; PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao. Cocreating business's new social compact. *Harv Bus Rev.* 85(2), 156, p. 80-90, Feb. 2007.

DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. (Orgs.) *A disputa pela Construção Democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. (org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FLEURY, Sonia Maria. (Org.) *Saúde e democracia: a luta do Cebes*. São Paulo: Lemos, 1997.

FRASER, Nancy. Behind Marx's Hidden Abode: For an Expanded Conception of Capitalism. *New Left Review*, 86, p. 55-72, 2014.

GIFE (GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas e The Synergos Institute). *Recursos privados para fins públicos: As grantmakers brasileiras*. São Paulo: Peirópolis/ Grupo de Institutos Fundações e Empresas, 2001.

JENSS, Alke. Authoritarian Neoliberal Rescaling in Latin America: Urban in/Security and Austerity in Oaxaca, *Globalizations*, 16(3), p. 304-319, 2018.

LEAL, Rodrigo Mendes; NEVES, Roberto Oliveira das. Responsabilidade social de empresas: uma análise do financiamento do BNDES e investimentos sociais de empresas na comunidade. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, n. 33, pp. 81-122, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Em Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth (Org). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo. O Banco Mundial e a reconfiguração do campo das agências internacionais de saúde. *RAP*. Rio de Janeiro, v.37, n.1, p. 75-98, 2003.

SAAD FILHO, Alfredo.; MORAIS, Lucio. *Brasil: Neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SILVA, H. F. R. The Heliópolis Case and the political urban dispute in Brazil. *Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 52, p. 1073-1089, 2018. <https://www.scielo.br/j/rap/a/xC49RB6p3JjLB9ybQRWZrkv/>

SILVA, H. F. R. Contradições e disputas na política de conveniamento entre Estado e movimentos populares nos anos 2000: o caso Heliópolis. *Lua Nova* (Impresso), n. 105, p. 149-180, set./dez. 2018. <https://www.scielo.br/j/ln/a/qsL3KKQGZFy8KV9MSWS3tkK/?lang=pt>

SINGER, André V. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

SINGER, André V. Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 39-67, 2015.

SINGER, André V. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Resumo:

Este artigo apresenta e debate um estudo de caso realizado na favela de Heliópolis, São Paulo, SP, sobre a atuação social empresarial e as disputas entre distintas forças em meio popular urbano nos anos 2000. Parte-se da hipótese de que, durante a vigência do período conhecido como lulismo, houve uma intensificação das disputas entre empresários e movimentos populares em âmbito local, com a contraposição das lógicas do mercado e do direito nos processos de integração social. A presença permanente da lógica empresarial na organização da vida cotidiana em meio popular pode ter contribuído para conformar as bases sociais em favor do realinhamento das classes em torno do neoliberalismo ortodoxo defendido pela extrema direita em ascensão no país no contexto pós-golpe.

Palavras-chave:

Democracia; Lulismo; Atuação social empresarial; Movimentos populares; Neoliberalismo

Abstract:

This article presents and discusses a case study conducted in the favela of Heliópolis, São Paulo, SP, about corporate social action and the disputes between different forces in the urban popular sphere in 2000s. It is based on the hypothesis that, during the period known as Lulism, there was an intensification of disputes between businesspeople and popular movements at the local level, with the opposition between Market logics and social rights in the processes of social integration. The permanent presence of business logic in the organization of daily life in the popular environment may have contributed to shaping the social bases in favor of the realignment of classes around the orthodox neoliberalism defended by the extreme right wing in the country in the post-coup context.

Keywords:

Democracy; Lulism; Business social action; Popular movements; Neoliberalism

Recebido para publicação em 05/10/2021

Aceito em 13/04/2022



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

